



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**Processo Administrativo nº 575/2026**

**SETOR REQUISITANTE:**

**Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura SEMAGRI**

**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

Aquisição de 04 (quatro) Ensiladeiras de 02 Linhas, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UND.	VLR. UNIT.	VLR. TOTAL
01	ENSILADEIRAS 2 LINHAS, ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: compatível com tratores de potência mínima de 75CV; compatível com o processamento de milho, milheto, sorgo, capiaçu e outros; largura mínima de trabalho útil de 120cm; engate via sistema hidráulico de 3 pontos; quantidade mínima de 4 rolos recolhedores; acionamento via tomada de força do trator; transmissão por caixa e cardan; incluso eixo cardan; capacidade de ajuste de corte entre 2 e 36mm; mínimo de 1 rotor; mínimo de 12 facas; bica e quebra-jato com comando hidráulico; sistema de rodeiro para transporte; produto novo; montado; entrega técnica; garantia mínima de 12 meses; assistência técnica no Estado de Rondônia.	04	UND	R\$ 80.809,38	R\$ 323.237,52

- O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal Nº 2.703/2024.
- Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados a partir da assinatura do contrato.

**2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

- A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- A aquisição dos implementos agrícolas é necessária para suprir a insuficiência operacional da SEMAGRI, causada pelo desgaste dos equipamentos existentes e pelo aumento da demanda dos produtores rurais.

3. Os implementos atuais apresentam baixa eficiência, elevado custo de manutenção e indisponibilidade frequente, o que compromete a execução das atividades de colheita e processamento de forragens para produção de silagem, bem como às demais atividades operacionais executadas pela Secretaria Municipal
4. A compra garantirá maior produtividade, redução de custos, melhoria no atendimento às comunidades rurais e plena execução das atividades previstas no convênio, atendendo ao interesse público e fortalecendo as ações de apoio ao agricultor familiar.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
2. A entrega dos bens que formam o objeto deste termo é de responsabilidade da empresa fornecedora e deverá ocorrer conforme solicitação da Secretaria Municipal, pelo período de 30 (trinta) dias a contar do recebimento da Nota de Empenho e/ou autorização de fornecimento.
3. A entrega dos produtos deve estar de acordo com os prazos, quantitativos e especificações previstos neste termo.
4. Os implementos a serem adquiridos devem possuir especificações técnicas compatíveis com a frota de tratores existente na Secretaria e atender às exigências do órgão concedente, às necessidades de campo e às normas técnicas aplicáveis.
5. A solução deverá garantir eficiência operacional, durabilidade, segurança e aderência às atividades desempenhadas nas propriedades rurais do município.

#### **Manutenção e assistência**

6. Os fornecedores deverão ofertar garantia mínima conforme legislação e assistência técnica no Estado de Rondônia.
7. Devem ser incluídos manuais, termos de garantia e orientações de manutenção.

### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

#### **Subcontratação**

1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual

#### **Garantia da contratação**

2. Não haverá exigência da garantia da contratação dos [artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#), pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

### **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

#### **Condições de Entrega**

1. Os produtos deverão ser entregue no âmbito territorial do Município de Nova União, em sede própria da contratante, localizada na Rua Independência, 1135, centro, Nova União/RO, ou, em local indicado pela Secretaria responsável pela aquisição no horário das 07:00 as 13:00.
2. Após o recebimento da do recebimento da Nota de Empenho e/ou autorização de fornecimento, a empresa detentora do contrato deverá entregar o objeto licitado no prazo de até 30 (trinta) dias.

3. Caso a empresa não consiga entregar o objeto no prazo estabelecido poderá solicitar prorrogação por igual período com a devida justificativa e essa deverá ser aceita pela administração.
4. Depois de esgotado o(s) prazo(s) concedido(s), a administração aplicará as sanções administrativas previstas na Lei 14.133.
5. No ato da entrega dos bens, o responsável da Secretaria interessada, fará a inspeção dos materiais, bem como lavrará relatório se estiver em desconformidade com a execução.
6. A CONTRATADA, após o recebimento da nota de empenho e/ou assinatura do contrato, obriga -se a entregar os materiais, de acordo com as necessidades da Prefeitura Municipal de Nova União.

#### **COMPETE A CONTRATADA:**

9. Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da execução do contrato, inclusive tributos, contribuições previdenciárias, encargos trabalhistas e quaisquer outras que forem devidas em relação ao fornecimento dos bens, não excluindo as de natureza civil;
10. Prestar esclarecimentos que forem solicitados pela contratante, a respeito da execução do contrato sempre que for necessário;
11. Responsabilizar pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.
12. Responsabilizar pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
13. Fornecer e entregar os equipamentos dentro dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência e no contrato, observadas as especificações técnicas exigidas.
14. Responsabilizar-se por qualquer dano ou prejuízo causado e qualquer acidente de que possam ser autores ou vítimas seus empregados, bem como terceiros, durante o fornecimento dos bens.
15. Assumir a responsabilidade pelos pagamentos de todos os tributos e quaisquer ônus de origem federal, estadual ou municipal, em vigor ou que venham a ser criados durante a vigência deste contrato, bem como quaisquer encargos judiciais ou extrajudiciais que lhe sejam imputáveis, inclusive com relação a terceiros, em decorrência do fornecimento dos itens contratados.
16. Emitir documentos fiscais referentes ao fornecimento dos bens.
17. Arcar com todos os materiais, equipamentos, ferramentas, transporte e demais insumos necessários para o fornecimento e entrega do objeto.

#### **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

### **Recebimento do Objeto**

1. A entrega dos produtos deverá ser feita pela CONTRATADA mediante requisição em conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

### **Liquidação**

2. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

3. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a. o prazo de validade;
- b. a data da emissão;
- c. os dados do contrato e do órgão contratante;
- d. o período respectivo de execução do contrato;
- e. o valor a pagar; e
- f. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

5. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

6. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

**Prazo de pagamento**

12. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

**Forma de pagamento**

13. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
14. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
15. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
16. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
17. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

**Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

**9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 323.237,52 (trezentos e vinte e três mil, duzentos e trinta e sete reais e cinquenta e dois centavos)**, conforme custos unitários apostos na [tabela acima].

**10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta dos recursos provenientes do Convênio nº 641/2025/PGE-SEAGRI, oriundos de emenda parlamentar destinada ao fortalecimento das ações de apoio ao setor rural.

2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

PROGRAMAÇÃO	ELEMENTO DE DESPESA	FICHA
02.04.20.608.0002.1017	4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente	384

**Marcos Araújo de Oliveira**  
**Secretário Municipal**

Elaborado por:  
**JEANE FALKEMBÁ DOS SANTOS**  
ASSESSOR DE TÉCNICO DE EXPEDIENTE ADMINISTRATIVO

---

Rua Independência, 1135 - Centro - Nova União/RO - CEP: 76.924-000  
Contato: (69) 3466-1122 - Site: [www.novauniao.ro.gov.br](http://www.novauniao.ro.gov.br) - CNPJ: 00.699.197/0001-07

---



Documento assinado eletronicamente por **MARCOS ARAUJO DE OLIVEIRA, SECRETARIO MUNICIPAL**, em 18/05/2026 às 08:15, horário de Nova União/RO, com fulcro no art. 18 do [Decreto nº 2430 de 03/08/2022](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [transparencia.novauniao.ro.gov.br](http://transparencia.novauniao.ro.gov.br), informando o ID **352441** e o código verificador **D1C6467B**.

---

Referência: [Processo nº 2-575/2026](#).

Docto ID: 352441 v1